

PRÓXIMO  
CONTEÚDOAMANHÃ  
TEMA EM  
DESTAQUEDOMINGO  
CONFRONTO  
DAS IDEIASSEGUNDA  
IDEIAS E  
DEBATESTERÇA  
IDEIAS E  
DEBATESQUARTA  
JORNAL  
DO LEITORQUINTA  
IDEIAS  
E DEBATES

## DIREITOS

Planejando o  
Saneamento Básico

**Alceu Galvão**  
alceu.galvao@arce.ce.gov.br

Doutor em Saúde Pública (USP) e Analista de Regulação da ARCE

Hoje completa-se o décimo primeiro aniversário do marco regulatório do setor de saneamento básico, a Lei 11.445/2007. Infelizmente, há pouco para se comemorar, pois ao contrário dos setores de energia e telefonia, a universalização do saneamento básico ainda levará décadas, notadamente em relação ao esgotamento sanitário. O marco regulatório trouxe perspectivas para o setor ao introduzir novas funções no ambiente institucional, tais como controle social, planejamento e regulação, elementos esses indutores aos investimentos na infraestrutura. O planejamento, consubstanciado no Plano Municipal de Saneamento Básico, teria como objetivo prover metas, programas, projetos e ações para o alcance da universalização, sendo o principal norteador da gestão municipal nesta área.

Para se garantir uma maior efetividade aos Planos, sabiamente o instrumento foi definido pelo legislador com a condição vinculante para a validade dos contratos, e na regulamentação da lei, foi colocado pelo Governo Federal como norteador para captação de recursos da União, onerosos ou não. Assim, se o município quisesse pleitear recursos para o saneamento, o mesmo deveria ser aplicado em obras previstas no plano, trazendo maior sustentabilidade à prestação dos serviços, e tangenciando os tradicionais critérios políticos de alocação de recursos, que em geral resultam em obras de pouca eficácia para a população.

Porém, após 11 anos, o Governo Federal postergou pela quarta vez, no apagar das luzes de 2017, o adiamento desta condicionante. Em suma, desmoralizou e enterrou um instrumento tão importante para a universalização do setor. Prefeituras que se esforçaram para elaborar seus planos, com recursos próprios ou de repasse, se veem agora desestimuladas, haja vista que as sucessivas prorrogações denotam não só a falta de seriedade do Governo Federal, mas a falta de compromisso deste com o saneamento. Cabe ao eleitor mudar o cenário neste ano ao votar em candidatos comprometidos com o setor

**Cabe ao eleitor** mudar o cenário neste ano ao votar em candidatos comprometidos com o setor

**O marco regulatório** trouxe perspectivas para o setor ao introduzir novas funções no ambiente institucional

## CONSUMIDOR

## Novo aumento do gás dá sustentação ao Bolsa Família



**Alexandre Borjalli**  
alexandre@as-mirg.com.br

Presidente Associação Brasileira dos Revendedores de GLP AS-MIRG-BR

O Governo Federal através de sua estatal, Petrobras S.A, conseguiu fazer de um produto de utilidade pública, um artigo de luxo, de janeiro a dezembro de 2017, o botijão de gás de cozinha subiu na Petrobras em média, R\$ 10,54, considerando a média de venda Brasil, 35 milhões de botijões de até 13 Kg, a Petrobras teve um aumento de sua lucratividade de: Aumento lucratividade Petrobras/mês R\$ 369.050.657,50 e Aumento lucratividade Petrobras/ano R\$ 4.428.607.890,00.

Na véspera do verão na Europa, período onde temos uma queda nos preços internacionais do GLP, a Petrobras, num ato "heroico", promete rever sua política de preço do gás de cozinha. O GLP esta no seu maior valor, um aumento histórico, e a projeção deveria ser de queda, seguindo os parâmetros internacionais. Nos preocupa qual será a nova política de preço, qual desculpa a Petrobras utilizará para justificar não reduzir da mesma forma, o preço do gás de cozinha?

Não bastando essa política de preço do gás de cozinha extorsiva, vêm os aumentos dos impostos, desde 02/01/2017, as Companhias anunciaram um novo aumento, desta vez, justificado pelo aumento do ICMS.

Em alguns Estados esse aumento chega a R\$ 0,13 (Minas Gerais), mas em outros o reajuste chega a R\$ 1,85 (Pernambuco). O que nos chamou a atenção foi o paralelo com o programa Bolsa Família, o gás de cozinha tem como seu consumidor principal as famílias de baixa renda, o mesmo publico beneficiado com este programa.

Considerando apenas a arrecadação do ICMS, PIS/Cofins do gás de cozinha, nota-se que em grande parte dos Estados, estes impostos sustentam o programa Bolsa Família, como o caso de Santa Catarina. Ou seja, as famílias de baixa renda compram o gás de cozinha com impostos elevados, e estes impostos, sustentam um programa que deveria dar melhores condições de vida a estas famílias.

Como o preço do gás de cozinha é livre, as Companhias Distribuidoras e nossas revendas, podem repassar valores acima dos informado pelo Ato COTEPE, incluindo neste aumento, suas elevações de custos como o do frete, que sofre aumentos quase que diários com a nova política de preço de combustíveis da Petrobras.

**Seus olhos brilharam, seu corpo se agitou e ele tentou se comunicar e cantar a música que tocava**

**Assim, a música pode vir a se tornar uma das poucas armas que os terapeutas têm para, talvez, inibir a progressão da Doença de Alzheimer**

## POLÍTICA

## O fim das propagandas partidárias



**Adriana Soares Alcântara**  
ladri.alcantara@hotmail.com

Técnico Judiciário do TRE do Ceará Especialista em Processo Civil e em Direito e Processo Eleitoral

Com a edição da Lei 13.487/2017 ficaram revogados, desde o dia 1º de janeiro de 2018 os artigos da Lei 9096 de 19 de setembro de 1995, que previam e regulamentavam o exercício da propaganda partidária no rádio e na televisão. A Lei cria ainda o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o FEFC, com regras a serem definidas, mas talvez, a curto prazo, a extinção das inserções tenha sido a mais impactante mudança para a vida dos partidos políticos. Previstas em Resolução do Tribunal Superior Eleitoral desde 1997, as denominadas inserções tinham, teoricamente, objetivos nobres, pois eram destinadas à difusão dos programas partidários, à transmissão de mensagens aos filiados sobre atividades congressuais e eventos do partido, à divulgação de seu posicionamento em relação a temas político-comunitários, enfim, a levar ao corpo de eleitores, um pouco sobre a máquina partidária. A finalidade, entretanto, se desvirtuava em propagandas de candidaturas anunciadas, com privilégio da imagem do nome escolhido entre aqueles que são notadamente os preferidos, os que têm chance de ganhar a eleição e aí entram todas as teorias sobre o comportamento eleitoral, o uso da imagem pessoal em detrimento da ideologia partidária.

**A propaganda partidária era algo maçante para a população, mas interessante para os partidos**

**Com pouca ou nenhuma criatividade, um nome se faz conhecido e uma candidatura se constrói**

A propaganda partidária era algo maçante para a população, mas interessante para os partidos pequenos e grandes que, muitas vezes em horários nobilíssimos, entravam, sem pedir licença, na intimidade dos eleitores para dizerem pouco ou quase nada. Avaliemos a abrangência de uma propaganda exercida no rádio e na televisão, em doses repetidas e custeada pelo governo. Com pouca ou nenhuma criatividade, um nome se faz conhecido e uma candidatura se constrói. Mas, talvez esse desvirtuamento não tenha sido o motivo do fim das propagandas partidárias: desconfo que a sua extinção veio casada com o aparecimento do "fundão" de modo que os partidos políticos considerados pequenos passem a ter nenhuma importância para os maiores. É possível que a distribuição dos recursos financeiros facilite a existência dos grandes partidos políticos e desequilibre ainda mais a concorrência nas próximas eleições, compensando o não aparecimento nos meios de comunicação ou ainda as restrições previstas para os próximos pleitos.

Esse meio de redução de concorrência escolhido pelos nossos legisladores seria uma maneira de barrar o aparecimento desordenado de agremiações partidárias no Brasil assegurando o monopólio das grandes legendas que hoje se mantém no comando eleição após eleição? É um convite à reflexão.

A *Opovo* é história

## HÁ 20 ANOS

## 1998. JORNALISMO

Lira Neto estreia na coluna Ombudsman

O jornalista Lira Neto toma posse hoje, às 10 horas, como ombudsman do jornal O POVO. A ocupante anterior da função, jornalista e professora Adísia Sá, fará a transmissão o primeiro de seus comentários

## 1998. MATO GROSSO DO SUL

Maconha some de delegacia no MS

2,69 toneladas de maconha desapareceram de uma delegacia no interior do Mato Grosso do Sul. O fato aconteceu quando a equipe de plantão saiu para atender o que chamou de ocorrência de rotina.

## HÁ 30 ANOS

## 1988. CRISE HÍDRICA

Racionamento de energia termina este mês

O fim do racionamento de energia elétrica imposto ao Nordeste, há mais de dez meses, deve ocorrer entre os dias 15 e 20 deste mês. A Chesf deverá concluir levantamento final dos recursos hídricos disponíveis e o consumo industrial para tomar essa decisão.

## 1988. TELEVISÃO

Fortalezense condena o incesto

O fortalezense desaprova que haja incesto na telenovela "Mandala", transmitida pela Rede Globo e cujo capítulo de ontem, mostrou um beijo apaixonado entre os personagens Édipo e Jocasta. A novela é baseada na tragédia grega "Édipo Rei".

## HÁ 50 NOS

## 1968. O POVO

Uma assinatura para quem nasceu no dia 7

Se o prezado leitor completar 40 anos depois de amanhã, dia 7, traga o seu registro de nascimento a O POVO, que também será quarentão no dia 7. O presente que lhe daremos, em troca da presente preferência que vimos recebendo, será uma assinatura perpétua de O POVO.

## 1968. SOLONÓPOLE

Chuva de 149mm arromba açude

Uma chuva de 149mm, no princípio da semana, arrombou a parede do açude Riachuelo, no Distrito de Cangari, em Solonópole, de propriedade do Sr. Raimundo Araújo Filho.



Capa da edição de 1988



Capa da edição de 1998

As notícias reproduzidas nesta seção obedecem à grafia da época em que foram publicadas.